

A vivência da morte



A Morte - *Livro de Horas de D. Manuel*, fl. 130. (Museu de Arte Antiga).

A distinção entre os subúrbios, onde se enterravam os mortos, desde tempos imemoriais, e a cidade, interdita às sepulturas, desaparecia no início da Idade Média. Doravante, os cemitérios penetrariam nos meios urbanos, traduzindo uma nova atitude face à morte. Os defuntos, seres impuros que arriscavam manchar os vivos, deixariam de ser temidos por estes, coabitando nos mesmos espaços. A nova atitude perante a morte permitia a osmose entre o cemitério, casa dos mortos e dos vivos, e a própria igreja, vindo aquele localizar-se junto desta.

Na Baixa Idade Média, as formas de encarar a morte eram tidas como um julgamento particular. Cada indivíduo, no momento da morte, seria sujeito a um balanço da sua vida pessoal, mediante o qual integraria o grupo dos bons ou dos maus, alcançaria o Paraíso ou, pelo contrário, iria para o Inferno. Diferenças que estão intimamente relacionadas com a posição social de cada indivíduo, uma vez que os mais abastados foram aprendendo os meios de obtenção das graças divinas, atitudes que surgiram por influência da Ordens mendicantes, no século XIII. Graças divinas que eram obtidas a troco de doações, em vida ou *post mortem*, dos mais variados bens.

Generalizada a ideia de que a hora da morte chegaria a todos, não se tinha a garantia da salvação individual, ou pelo menos o perdão das faltas cometidas em vida, uma vez que se foi enraizando a ideia de um Juízo Final, julgamento das faltas do pecador, causador de uma certa angústia escatológica, relacionada com as condições de vida de finais da Idade Média no ocidente: as fomes, as pestes, as guerras, o Cisma do Ocidente, ou avanço dos turcos. Neste contexto se explicam as doações feitas em vida ou *post mortem* (através dos testamentos), intercessores terrestres que permitiam o acesso ao Paraíso («um passaporte para o céu», como lhe chamou Philippe Ariés), e que legitimavam a posse dos próprios bens.

A Igreja assumiu, desde cedo, o papel de intermediário entre o indivíduo e o céu. A riqueza tornara-se um meio privilegiado de acesso a essa condição de escolhido, de absolvição no momento do Julgamento Final, alcançando, deste modo, o céu (ideal ascético). As colegiadas de Torres Vedras além de patentearem um número relativamente elevado de clérigos, apresentam, especialmente no caso de Santa Maria, um volume significativo de nobres. Estes eram, na sua maioria, cavaleiros e escudeiros, residentes na vila, como é o caso de João Peres de Azóia, que foi alcaide de Lisboa, e de Aldonça Mendes, sua primeira mulher, de Inês Eanes, mulher de Rui Gomes, escudeiro, aí residente, ou de Branca Eanes, viúva de Fernão Lourenço, escudeiro. E a esta colegiada afluíram ainda as doações de muitos clérigos, aí raçoeiros, ou de priores, como Martim Louredo ou Lourenço Esteves, qualquer deles da própria colegiada.

Mas a sobrevivência do morto não deveria ser garantida apenas no plano escatológico (oferendas, sacrifícios, etc.), dependendo igualmente da fama que alcançava em vida, registada nos túmulos com os seus *signa* e inscrições, assim como nos elogios gravados nas estelas. A obtenção da salvação individual compreendia uma certa continuidade física e eterna com a divindade e com o espaço sagrado, concretizando-se através da escolha do local de inumação. À igreja

paroquial, lugar privilegiado pelos testadores, juntou-se a igreja conventual, escolhida, sobretudo pelos membros da nobreza, que com estas instituições mantinham laços familiares ou pessoais mais duradouros.

Lembrando-se da máxima «não ressuscitará aquele que não tiver sepultura», o homem medieval temia morrer sem sepultura, ocupando parte da sua vida na preparação da própria morte. O túmulo marcava o local exacto onde o corpo era deposto. As cabeceiras de sepultura recordavam simultaneamente o defunto, de onde o seu nome de *monumentum* (memória), permitindo a cada um escapar ao anonimato, esta a verdadeira morte, completa e definitiva. Sobre o túmulo, numa tela erguida, inscrevia-se, de modo abreviado, o nome do defunto, o ofício, procurando identificar o morto, que permanecia na comunidade, pelo menos enquanto fosse lembrado pelos vivos. Pois o que mais parece ressaltar de todo o enunciado no registo testamentário ou de doação é a preocupação da manutenção da lembrança do defunto entre os vivos. Assim se explica a necessidade da instituição e celebração cíclica dos aniversários do defunto, permitindo perpetuar, a sua presença na comunidade humana.

O Museu Municipal de Torres Vedras possui uma importante colecção de estelas funerárias provenientes dos adros de algumas igrejas medievais, destacando-se São Pedro e Santa Maria de Torres Vedras, São Pedro de Dois Portos e Nossa Senhora da Luz da Carvoeira. Os motivos decorativos repetem-se: florais ou abstractos (hexafólio, quadrifólio, pentalfa, cenas ou símbolos religiosos como a cruz de Cristo), assim como a inscrição de instrumentos de trabalho identificadores da profissão do defunto. Entre estes, é-nos possível identificar a presença de dez ofícios: lavrador, ferrador, sapateiro, clérigo, canteiro, guerreiro, pescador, tecelão, alfaiate e carpinteiro. Nos casos do clérigo e do guerreiro, mais do que a identificação do ofício, trata-se talvez da identificação de um estatuto social superior,

distinto também na morte. Todavia, teremos de considerar a hipótese de, no agrupamento de sepulturas, se encontrar uma confraria de ofício, uma vez que as "fraternidades" podiam ser identificadas por uma única estela funerária.

De qualquer modo, é notória a preferência pela cruz, esculpida ou gravada, no interior da estela, destacando-se a cruz de braços curvilíneos, motivo inscrito em mais de seis dezenas de faces. Quanto à forma, privilegiou-se a estela discóide, representação antropomorfa, em que o disco simula a cabeça e o pó corresponde ao corpo (Abel Viana).

SAIBA MAIS: VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal Medieval: A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995.